



Comissão de Assuntos Europeus

RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA NA REUNIÃO INTERPARLAMENTAR COM A COMISSÃO DOS ASSUNTOS EXTERNOS (AFET) DO PARLAMENTO EUROPEU

Bruxelas, 27 de junho de 2023

Delegação:

- Deputado Miguel Santos (PSD) – Chefe da Delegação - Membro da Comissão de Assuntos Europeus
- Deputada Nathalie Oliveira (PS) – Membro da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
- Deputado Rui Lage (PS) – Membro da Comissão de Assuntos Europeus
- Deputado Ricardo Sousa (PSD) - Membro da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

A assessoria foi prestada por Catarina Ribeiro Lopes, Representante da Assembleia da República junto das instituições da União Europeia, e pelo Assessor Parlamentar Gonçalo Sousa Pereira da Equipa de Apoio à Comissão de Assuntos Europeus.

Da agenda da reunião, constavam os seguintes pontos:

Sessão de abertura e notas introdutórias

David McAllister, Presidente da Comissão dos Assuntos Externos (AFET) do Parlamento Europeu, deu as boas-vindas a todos os presentes, salientando que no decorrer da sessão, iria intervir a Ministra dos Negócios Estrangeiros do Senegal, Aïssata Tall Sall. Esclareceu alguns detalhes técnicos da reunião, referindo que na primeira sessão seria focado o custo de não alargamento, concluindo que era necessário garantir um alargamento credível com o propósito de ser uma ferramenta útil para a manutenção da democracia e do Estado direito.



Comissão de Assuntos Europeus

Sessão I: Os custos do não alargamento

Michela Matuella, diretora interina para os Balcãs Ocidentais da Direção-Geral para a política de vizinhança e negociações de alargamento da Comissão Europeia destacou que já se tinham passado 20 anos desde a declaração de Salónica, recordando que nessa reunião, os líderes europeus tinham declarado o compromisso de integrar os Balcãs Ocidentais na União Europeia (UE). Referiu que a guerra da Ucrânia tinha mudado a Europa, destacando a rápida e unida reação da União, que contou com o apoio dos Balcãs Ocidentais. Salientou as consequências da atual política de alargamento, que voltou ao centro da discussão, salientando a abertura do processo referente à Albânia e à Macedónia do Norte, uma vez que tinham sido apresentados pedidos de adesão formais por parte desses dois países. Referiu o evidente abrandamento na agenda do alargamento nos últimos anos, suscitando a necessidade de se aproveitar o momento atual para continuar a trabalhar com os Balcãs Ocidentais e avançar com o seu processo de adesão. Nesse contexto, destacou que era preciso preparar esses países para a integração, através de mecanismos para fomentar o aumento dessa cooperação até se alcançar a integração total. Recordou que a Presidente Ursula von der Leyen tinha apresentado o plano de alargamento para os Balcãs Ocidentais, baseado em 4 pilares, acrescentando que o pretendido era trabalhar esses mesmo pilares e aumentar a sua interação. Avançou que era preciso reiterar os custos do não alargamento, nomeadamente, a expansão dos valores europeus, alertando que era o momento para se aumentar a importância da UE na região. Concluiu enaltecendo a necessidade de se aproveitar as oportunidades e os desafios comuns desta região como a transição energética e as alterações climáticas, sendo estas oportunidades reconhecidas pelos Balcãs Ocidentais como um incentivo para a integração europeia.

Na fase do debate, os parlamentares salientaram a importância de analisar os processos de alargamento anteriores para se retirar lições para o futuro, a necessidade de todos os países da região serem integrados na UE, a carência de reformas da UE para absorver os países candidatos, a possibilidade de estabelecer ritmos diferentes de integração para cada país candidato e a importância de integrar os países dos Balcãs Ocidentais na UE para garantir uma maior estabilidade na região.

Comissão de Assuntos Europeus

Neste painel, interveio o **Senhor Deputado Miguel Santos (PSD)** referindo que a UE integrava novos membros quando estes cumprissem os critérios definidos, salientando que não considerava pertinente a seriação de membros de primeiro ou segundo grau, pelo facto de tal diferenciação não encontrar sustentação nos princípios fundadores da União. Destacou que a UE devia-se alargar e expandir os seus valores fundamentais, nomeadamente, a defesa dos direitos humanos, das liberdades e da democracia, a autonomia dos povos e a economia de mercado, sendo necessário defender tais valores das ameaças existentes. Referiu, também, que a Europa estava empenhada na perspetiva europeia dos Balcãs Ocidentais através da manutenção de relações próximas com esses países e sempre numa perspetiva de cooperação e constante apoio e assistência financeira à região. Salientou que o futuro dos Balcãs Ocidentais era na UE, acrescentando que a União não se podia dar ao luxo de deixar de fora esta região, reiterando que a UE precisava do alargamento, mas com uma visão realista, i. e., com a necessária preparação política, institucional, económica e financeira possível, razão pela qual o processo de alargamento era tão moroso e complexo. Concluiu referindo que apenas com esta preparação seria possível tornar o alargamento da UE num êxito, destacando que tal êxito era crucial para a União de modo a não defraudar as legítimas expectativas dos países que pretendiam aderir ao espaço europeu e também para que a UE não se tornasse numa desilusão para todos ao não cumprir a sua parte.

Interveio, também, neste painel, o **Senhor Deputado Rui Lage (PS)** referindo que, enquanto projeto de soberania de natureza supranacional, a vocação histórica da UE era o alargamento. Neste sentido, recordou que o alargamento tinha sido uma força democratizadora nos últimos anos na Europa pelo facto de os países que aderiram à UE, nomeadamente, os países a leste, tiveram de adotar as mesmas regras democráticas patentes nos países a oeste, concretamente, tiveram de cumprir com os critérios de Copenhaga. Nessa medida, destacou que era essencial o alargamento para a estabilização desta região, e que alargar a UE, era alargar a democracia e expandir o respeito pelos direitos humanos bem como consolidar a segurança da UE. Por outro lado, realçou que o contrário do alargamento, i.e., restringir esse movimento era comprometer estes avanços, questionando, contudo, se a atual arquitetura



Comissão de Assuntos Europeus

institucional era suficiente para acomodar o alargamento, tornando assim, nessa perspetiva, indissociável o tema do alargamento e o tema da revisão dos Tratados, recordando que o Parlamento Europeu, quanto a este tema, já tinha dado um passo histórico com o voto favorável para se iniciar este processo.

Em resposta às questões suscitadas, **Michela Matuella** realizou que havia bastante convergência de opinião sobre a importância do alargamento, tendo esclarecido que, sobre as lições aprendidas e a forma como traduzir tais lições em políticas concretas, tinham sido ajustadas as metodologias para que o processo de alargamento fosse mais credível e para fosse possível dar resposta à fadiga e morosidade do processo, alertando que sem o envolvimento de todos os países, o alargamento não poderia avançar. Referiu que tinham avançado com o plano definido, que já lidava com alguns dos pontos referidos pelos parlamentares, nomeadamente, a aceleração da integração através da criação de mercados regionais e auxílios financeiros europeus. Concretamente sobre acelerar a integração no mercado interno, salientou que havia muitas iniciativas que os Balcãs Ocidentais tinham aderido como o acesso a programas financeiros da União e a integração de várias agências europeias como a FRONTEX e a EUROPOL, tendo aditado que era pretendido ir mais além nesse processo, estando-se a concretizar um procedimento de *screening* com a Albânia e Macedónia do Norte para analisar tudo o que podia ser feito para acelerar ainda mais a integração os países desta região. Relativamente ao mercado regional comum, referiu que tinha sido solicitada uma maior a cooperação dos Balcãs Ocidentais nesta matéria, mas os países tinham de estar preparados e aguentar a pressão referente à concretização de um mercado deste género, acrescentando que se estava a considerar criar um espaço económico forte na região, pois as economias locais, isoladas, eram pequenas, mas em conjunto ficavam mais fortes e facilitaria a posterior integração no mercado único europeu. Com efeito, adiantou que vários acordos já tinham sido assinados para esse efeito, mas era preciso ter em conta a parte política, como o diálogo Pristina-Belgrado, que podia afetar a criação deste mercado regional. Sobre o apoio financeiro aos Balcãs Ocidentais, referiu que a Comissão Europeia tinha feito uma proposta para aumentar os fundos com a ideia de fornecer mais ferramentas aos Balcãs Ocidentais para puderem implementar as reformas necessárias. Referiu que já se encontravam em curso planos financeiros e económicos para essa finalidade, sendo tais investimentos importantes e

Comissão de Assuntos Europeus

onerosos, que iriam trazer benefícios aos países daquela região. Sobre os resultados do processo de alargamento e o tempo de integração, salientou que o processo era baseado no mérito e havia critérios que eram aplicados de forma individual, recordando que não era a Comissão Europeia que estabelecia os calendários, uma vez que os países teriam de cumprir os critérios previamente definidos, sendo que a Comissão Europeia apenas estabelecia as condições e delineava o plano, enquanto instrumento para a adesão. Concluiu referindo que a Comissão Europeia não ficava apenas à espera do trabalho a realizar pelos países candidatos, ao proceder a um controlo próximo do processo através de uma cooperação técnica alargada e de assistência financeira aos países candidatos para cumprimento de todos os critérios de Copenhaga, recordando que estes processos eram amplamente acompanhados pela opinião pública, pelo que o seu resultado podia ter grande impacto na perceção dos cidadãos sobre a União Europeia.

Discurso de Aïssata Tall Sall, Ministra dos Negócios Estrangeiros do Senegal

David McAllister, referiu que o Senegal era um parceiro chave na relação UE-África bem como para as questões de segurança na região, salientando ainda que o Senegal era um parceiro viável geoestratégico para regenerar e implementar as regras internacionais. Nesse sentido, tinha convidado a Senhora Ministra dos Negócios Estrangeiros para dar o ponto de vista do Senegal sobre estes temas.

Aïssata Tall Sall, Ministra dos Negócios Estrangeiros do Senegal, referiu ser uma grande honra estar na reunião para falar das relações entre a UE e o Senegal. Aquando do fórum Shcuman, recordou que uma delegação da UE foi a Dakar e agora estava uma delegação do seu país em Bruxelas, acrescentando que o seu país tinha uma relação de confiança com a UE com de 50 anos, tendo sido essa parceria reforçada na estratégia conjunta UE-Senegal 2018-2023. Destacou que a UE era um parceiro privilegiado e um aliado estratégico com quem partilhavam os respeito pelos direitos humanos e, nessa área, sempre tinham recebido o apoio da UE agradecendo, novamente, o apoio financeiro dado pela UE na resposta à pandemia causada pela Covid-19. Relativamente à política de migração, nomeadamente, quanto ao regresso dos migrantes aos países origem, referiu que tinham sido tomadas medidas processuais e administrativas para melhorar as comunicação entre os serviços europeus e



Comissão de Assuntos Europeus

senegaleses nesta área, sendo que estes dispositivos iriam melhorar o diálogo no âmbito da migração. Na área da paz e segurança, salientou que o Senegal partilhava as preocupações europeias sobre a situação do Sahel, que poderia causar instabilidade na região, referindo mesmo que no quadro da União Africana, o Senegal continuava a envidar os esforços para manter a paz na região. Sobre a situação política no seu país, referiu a transparência no processo que ocorreu em junho 2023 sobre uma acusação de uma jovem contra o político Ousmane Sonko, e o ataque perpetrado por um bando armado a edifícios públicos, anunciando que essa ação tinha sido organizada por uma entidade externa. Contudo, salientou que apesar do forte choque, o estado senegalês resistiu a esses ataques, encontrando-se a justiça a analisar a situação onde os infratores seriam sancionados. Concluiu apelando a tudo o que une o Senegal e a UE, solicitando que a UE continuasse ao lado do Senegal e da sua população, destacando que o Senhor Presidente da República do Senegal estava atento e que toda a solidariedade da Europa seria bem-vinda, uma vez que o Senegal queria ser uma democracia exemplar e um modelo respeitoso do direitos humanos.

Na troca de ponto de vistas, os parlamentares manifestaram preocupação com o ataques terroristas no Sahel e com a presença de soldados do Grupo Wagner no Mali, com o futuro político futura do Senegal, nomeadamente, com a pretensão do atual Presidente da República do Senegal de se candidatar para um terceiro mandato e com os problemas reportados de liberdade de comunicação, questionaram qual a posição do Senegal sobre a guerra da Ucrânia, interrogaram se o crescimento da China em África era uma ameaça e se tal situação poderia ter consequências para as relações com a UE e o Estados Unidos da América (EUA) e, por fim, suscitaram a questão de como o Governo senegalês iria lidar com a transição justa e as alterações climáticas.

Aïssata Tall Sall, sobre as questões suscitadas, referiu que a monitorização da ameaça terrorista na região Sahel era uma situação fundamental pois havia movimentos que atravessavam o continente africano, manifestando o ensejo de que a situação regressasse à normalidade, reconhecendo, contudo que era uma situação difícil e complicada. Referiu que tinha chegado o momento da UE e África se unirem para combater situações deste género pois os Estados, isoladamente, não o conseguiam fazer. Relativamente à posição do Senegal quanto à presença do grupo Wagner no Mali, destacou que a questão pertinente era compreender a razão das populações africanas



Comissão de Assuntos Europeus

hastearam uma bandeira do Grupo Wagner, sendo na esfera da opinião pública que se devia combater esta tendência, pois era necessário demonstrar, junto da população, que grupos armados privados não eram solução governamental, mas sim Estados legitimamente eleitos. Sobre a intenção do Presidente da República do Senegal cumprir um terceiro mandato, referiu que ninguém disse que era inconstitucional, sendo que existiam diferentes posições relativas a essa questão, acrescentando que o Senegal era um país organizado, com juízes independentes que interpretavam a Constituição, vincando que seria esse órgão jurisdicional a arbitrar esta questão. Aditou que, na sua opinião, o Presidente da República do Senegal tinha direito a se candidatar, e caso assim fosse, referiu que o Conselho Constitucional tinha a competência para decidir se aceitava ou não essa candidatura e quem não concordasse poderia recorrer dessa decisão. Sobre guerra Ucrânia, referiu que no início do conflito, aquando da resolução adotada na ONU sobre esta situação, o seu país absteve-se referindo que tinham sido criticados por essa tomada de posição, contudo, clarificou que não tinha havido tempo suficiente para criar uma posição homogênea com os demais países da União Africana nesse âmbito. Acrescentou, ainda, que eram a favor da soberania da Ucrânia, tendo adiantado que tinha convidado o Ministro dos Negócios Estrangeiros ucraniano para se deslocar a África para falar da situação do seu país. Destacou, também, que tinha sido debatido no Senegal a resolução deste conflito apelando-se ao cumprimento da carta da ONU, salientando que tinham conhecimento não se ia conseguir alcançar um acordo de paz, mas podiam, pelo menos tentar aligeirar a situação. Relativamente à presença da China em África, referiu que o Senegal era um parceiro da China, destacando que na condução da sua política externa não eram exclusivos, existindo, contudo, entre os parceiros, aqueles históricos, como a UE, aditando que a cooperação UE-Senegal era crucial, mas que também cooperavam com outros países como a China, nunca colocando em causa a relação com a Europa. Por fim, sobre a situação política no Senegal, defendeu que seriam realizadas eleições livres e transparentes com um vencedor e um vencido, concluindo com um pedido para que considerassem o Senegal como um país que respeitava os direitos humanos e a democracia.

Sessão II: Reforçar a segurança e resiliência democrática através do processo de alargamento



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

Aude Maio-Coliche, diretora para a Comunicação Estratégica e Prospetiva do Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE) referiu que o tópico da sessão era o aniversário da Declaração de Salónica salientando que a mesma destacava a importância da democracia, dos direitos humanos e do primado da lei sendo que, no contexto do alargamento, o SEAE trabalhava todos estes aspetos com os respetivos parceiros. Destacou que os vizinhos da UE estavam a ser alvo de ataques híbridos, pondo em causa o caminho da sua integração na UE, acabando, também, por colocar em causa as políticas e trajetórias desses mesmos países. Evidenciou que os desafios dos parceiros europeus eram imensos, como a segurança e resiliência das instituições democráticas, mas não estavam sozinhos nesse percursos, adiantando que tinha sido já elaborado um relatório com uma metodologia para avaliar os comportamentos manipuladores perpetuados na região, referindo, ainda, que a UE e os EUA já tinham trabalhado contra este tipo de ameaças desde há muitos anos, permitindo desse modo a compilação de várias medidas e ferramentas úteis para combater essas ameaças. Referiu que já tinha sido possível perceber o que estava por detrás desta manipulação de dados, estando-se agora a aumentar a consciência para combater melhor este género de ataques, acrescentando que se estava a criar um centro de análise para partilha de informação com dados comparáveis para se obter uma melhor visão dos acontecimentos bem como para obter uma cooperação mais alargada com os países candidatos e com os países parceiros. Recordou que os líderes da região e da UE tinham-se comprometido em acabar com a desinformação, dando nota da capacidade existente para aumentar a consciência sobre estes fenómenos bem como para dotar as autoridades locais com competências para estudarem e implementarem estas ferramentas de combate à desinformação, adiantando que já existia um sistema de *fact checking* em funcionamento na Bósnia e Herzegovina. Por fim, referiu que tinha havido uma Cimeira na Albânia com a presença de 200 jornalistas para se aumentar a cooperação aos media e ao combate à desinformação, concluindo que era necessário continuar a investir nas instituições democráticas para que estas fossem fortes e estáveis.

No debate que se seguiu, focou-se a importância de serem cumpridos os critérios de Copenhaga no processo de alargamento, a necessidade de se encontrar soluções para a rápida adesão à UE dos Balcãs Ocidentais, a possibilidade de se permitir, durante o processo de integração, uma maior participação dos países candidatos em áreas como



Comissão de Assuntos Europeus

clima, energia, mercado único, formação e telecomunicações e a importância de se avançar com novas propostas para harmonizar as adesões futuras, nomeadamente, com a instituição do estatuto de observador, que permitisse reforçar a experiência em matéria de política europeia.

O Senhor Deputado Ricardo Sousa (PSD) interveio neste painel referindo que a Europa se confrontava com um cenário de guerra prolongado, destacando que a opção de destabilizar a opinião pública, pela Federação russa, sobre a invasão da Ucrânia não tinha sido bem-sucedida. Referiu que o conflito continuava a ser um desafio para a política de defesa e segurança comum e por tal facto, a política de alargamento era também um importante instrumento de defesa e segurança e de preservação dos valores democráticos. Salientou que a entrada da Ucrânia, da Moldávia e da Geórgia na União Europeia devia assumir esse enquadramento de preservação dos valores europeus, evidenciando que não se podia ignorar que, a entrada de um país com a dimensão da Ucrânia, teria um grande impacto na UE, existindo reformas que teriam de ser levadas a cabo, nomeadamente, através da revisão dos Tratados. Acrescentou, no entanto, que não se podia conceder o estatuto de candidato a alguns desses países e depois refugiar-se na arquitetura institucional e financeira da União para adiar essas adesões. Referiu ainda, neste contexto, que tinha sido apresentado pela Comissão Europeia um relatório que revelava os progressos alcançados pela Ucrânia no seu processo de adesão, designadamente, quanto às reformas importantes a realizar, quer a nível judicial quer a nível de regulação de órgãos de comunicação social, merecendo o seu destaque neste âmbito considerando o contexto de guerra existente no país. Concluiu que estes dados eram encorajadores, referindo que não era aceitável continuar a adiar os processos de adesão quando se continuava a afirmar que os Estados dos Balcãs pertenciam dentro da UE, mas, por outro lado, continuava-se a protelar a sua entrada, pelo que era necessário avançar nesta matéria.

A Senhora Deputada Nathalie Oliveira (PS) interveio, também, neste painel referindo que a questão do alargamento, até agora considerada como uma realização do projeto europeu, inseria-se agora num novo contexto internacional, sendo que este



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

facto estava a obrigar a UE a ultrapassar as dimensões jurídicas e geográficas tradicionais da sua reflexão, em favor de uma abordagem verdadeiramente mais geopolítica das suas relações com os seus vizinhos. Acrescentou que a guerra na Ucrânia teve o grande efeito de suscitar, de novo, a questão do alargamento na agenda política europeia, que parecia ter ficado estagnada, estando a ganhar velocidade. Neste contexto, questionou se teria o Brexit enviado o sinal errado para a dinâmica do alargamento ou se além disso, seria o alargamento uma dinâmica desejável e sustentável, sem pôr em causa a unidade da UE. Destacou que o alargamento geográfico levantava questões sobre as dimensões histórica, geográfica e institucional da integração europeia, enquanto completava o projeto europeu, que também mudava o seu rumo. Salientou que no passado, como hoje, o princípio orientador do alargamento continuava a ser a afirmação e a consolidação da democracia e do Estado de direito, sem esquecer que os povos tinham uma palavra a dizer, aditando que as futuras adesões obrigariam a UE a tornar-se geopolítica e a investir ainda mais no domínio das fronteiras externas difíceis de controlar e das interferências hostis a evitar. Referiu também que o alargamento representava para a União Europeia um imperativo altamente estratégico, sendo uma revisão dos Tratados desejável e inevitável, e um imenso desafio democrático, tanto para os seus Estados-Membros como para os seus aspirantes. Em conclusão, destacou que o impulso do alargamento aos Balcãs Ocidentais, à Moldávia e à Ucrânia inscrevia-se numa procura de soberania europeia que obrigava a repensar as políticas públicas europeias, o funcionamento institucional e o financiamento para preparar a integração, talvez a um ritmo diferente, mas que garantisse a unidade na diversidade.

Interveio, ainda, o **Senhor Deputado Rui Lage (PS)** que destacou o facto de a invasão da Ucrânia ter aumentado o sentimento de pertença dos europeus à Europa, provando, desse modo, que a identidade europeia não era uma ficção, mas sim uma realidade. Referiu que era mesmo isso que provavam as sondagens que apontavam para um apoio crescente dos europeus à UE e à Ucrânia, significando isso que os povos europeus estavam hoje mais abertos à entrada de novos membros e seria um erro histórico desperdiçar esse momento, desde logo do ponto vista da segurança da União. Com efeito, referiu que se a invasão da Ucrânia era a maior ameaça à

Comissão de Assuntos Europeus

segurança da Europa desde o final da Segunda Guerra Mundial, também era o maior estímulo ao fortalecimento da segurança da Europa desde essa época. Destacou, também, que a segurança da Europa dependia do seu alargamento e deixar os países com estatuto de candidato entregues a si mesmos ou adiar permanentemente a sua adesão era contribuir para a insegurança europeia, acrescentando que se era evidente que esses países teriam de fazer as suas reformas internas, eles não podiam fazer os trabalhos internos necessários na União, concretamente, era necessário proceder à reforma da arquitetura institucional e a reforma do processo decisório da UE. Concluiu insistindo no papel premente do Parlamento Europeu quando deu início ao processo da revisão dos Tratados, restando agora compreender se o Conselho estaria ou não à altura desse momento histórico.

Em resposta às questões colocadas, **Aude Maio-Coliche** referiu as intervenções realizadas eram mais abrangentes do que a sua área de atuação, contudo tentaria elucidar as dúvidas suscitadas. Nessa medida, salientou que sobre a forma como se podia operacionalizar a respostas ao desafios de ingerência estrangeiras nos países, seria o desenvolvimento de um quadro legislativo para lidar com esta manipulação, avançando que uma recomendação prática e eficaz seria conscientizar as autoridades e a sociedade civil da região sobre estes desafios. Com efeito, referiu que era necessário compreender o *modus operandi* da manipulação, sendo que para se combater essa realidade, já se estava a criar um sistema capaz de analisar e detetar essas situações. Destacou que era pretendido trabalhar mais com parceiros internacionais, onde estas questões da manipulação da informação teriam de ser abordadas de uma forma mais alargada. Concluiu referindo que era preciso construir a resiliência dos sistemas de informação evidenciando que os mais jovens tinham mais aptidão em aceder às redes sociais e aceder aquilo que era falso pelo que era importante instruir as escolas sobre estas questões, adiantando, ainda, que os Parlamentos nacionais poderiam colocar tais temas na ordem do dia.

David McAllister, Presidente da Comissão dos Assuntos Externos (AFET) do Parlamento Europeu, deu por terminados os trabalhos, agradecendo a todos a participação na sessão, salientando que tinha sido muito positivo o convite feito à Ministra dos Negócios Estrangeiros do Senegal para participar na reunião e poder partilhar alguns pontos de vista.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

Assembleia da República, 20 de julho de 2023.

O Chefe da Delegação,

(Deputado Miguel Santos)